

Publicado no
Jornal do Município
Nº 2237
15/05/2020
Página 04-05



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº11.904, DE 15 DE MAIO DE 2020.

**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO
REGIMENTO INTERNO DA REDE DE ATENÇÃO
ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE
ITAJAÍ.**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII c/c art. 57, inciso I, alínea “f”, ambos da Lei Orgânica do Município de Itajaí, e ainda com o disposto no Decreto nº 11.280, de 26 de abril de 2018, e, por fim, considerando o teor do processo administrativo nº 0580149/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, objeto do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 15 de maio de 2020.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE ITAJAÍ

TÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, DOS OBJETIVOS E DA COMPOSIÇÃO

Art. 1º A Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, constituída como espaço permanente no âmbito do Município de Itajaí, formada por órgãos, serviços e instituições que atuam na prevenção, enfrentamento e atendimento às situações de violência, teve sua criação por meio do Decreto 11.280, de 26 de abril de 2018.

Art. 2º Os objetivos da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí estão previstos no Art. 2º do Decreto nº 11.280, de 2018.

Art. 3º A composição da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí está prevista no Art. 3º do Decreto nº 11.280, de 2018.

Art. 4º Cada instituição indicará seu representante titular e respectivo suplente, via comunicação oficial, no início de cada ano, sendo que a representação poderá permanecer a mesma por tempo indeterminado, de forma a garantir a continuidade dos trabalhos.

Art. 5º São órgãos da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí:

- I - Coordenação Executiva;
- II - Plenária;
- III - Comissões ou Grupos de Trabalho.

TÍTULO II
DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Art. 6º A coordenação da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí é de competência da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, através de responsável técnico designado para esta função.

Art. 7º São atribuições da Coordenação Executiva:

- I - representar a Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, perante o público externo, órgãos e instituições;
- II - organizar, pautar e secretariar as reuniões ordinárias e extraordinárias, inclusive lavrando-se ata a ser disponibilizada a todos os integrantes;



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

- III - articular, entre os integrantes da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, a realização dos objetivos previstos no Decreto nº 11.280, de 2018, sem prejuízo de igual iniciativa pelos demais integrantes, a qualquer tempo;
- IV - convidar, quando autorizado pela Plenária, pessoas físicas ou jurídicas na condição de colaboradores;
- V - divulgar, inclusive em meio eletrônico, os conhecimentos levantados e as ações realizadas pelos membros da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí;
- VI - solicitar, a cada ano, às instituições que integram a Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, que informem seus representantes titulares e suplentes;
- VII - desenvolver ações de planejamento, acompanhamento e avaliação da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí; e
- VIII - zelar pelo cumprimento das deliberações.

TÍTULO III
DA PLENÁRIA

Art. 8º A Plenária é a instância máxima da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, constituída dos membros titulares ou seus suplentes.

Art. 9º Aos membros da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí compete:

- I – comparecer às reuniões;
- II – debater a matéria em discussão;
- III – requerer informações, providências e esclarecimentos à Coordenação Executiva;
- IV – apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
- V – participar das Comissões e Grupos de Trabalho para os quais tenham sido designados pela Plenária;
- VI – tomar a iniciativa de propor temas e assuntos para deliberação e ação da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí;
- VII – compartilhar as discussões e deliberações deste coletivo nas instituições as quais representam, garantindo que as informações sejam devidamente multiplicadas.

Art. 10. Haverá notificação, via comunicação interna ou ofício, à instituição que compõe a Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, para substituição de seus representantes, titular e suplente, quando, ocorrer:

- I – 02 (duas) faltas consecutivas injustificadas, ou;
- II – 03 (três) faltas consecutivas justificadas, ou, ainda;
- III – 04 (quatro) faltas justificadas anuais.

§1º Para a notificação de substituição prevista no caput deste artigo é necessário que tanto o representante titular, quanto seu suplente, tenham faltado à reunião.

§2º A notificação de que trata o caput deste artigo será de responsabilidade da Coordenação Executiva.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

§3º Só ocorrerá validação das justificativas recebidas por e-mail, por motivo:

I - de saúde, com apresentação de atestado médico, ou;

II - de trabalho, com documento firmado pelo superior hierárquico justificando a impossibilidade de comparecimento dos representantes, titular e suplente, da instituição àquela reunião.

TÍTULO IV
DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 11. As Comissões e Grupos de Trabalho serão constituídos conforme a necessidade, sendo que os participantes serão designados em Plenária levando em consideração a instituição ao qual representa e a temática do trabalho a ser executado.

Parágrafo único. As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão ser permanentes ou temporários.

TÍTULO V
DAS REUNIÕES

Art. 12. A Plenária realizará reunião ordinária em periodicidade mensal, em data, local e horário a ser definido no início de cada ano.

Art. 13. Qualquer integrante da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí poderá propor à Coordenação Executiva a realização de reunião extraordinária para tratar de assuntos urgentes e relevantes.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias deverão ser previamente comunicadas pela Coordenação Executiva aos membros da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos.

Art. 14. As deliberações da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí, somente terão validade quando tomadas pela maioria simples dos representantes presentes, respeitado o quórum mínimo de metade mais uma das instituições que compõem a Plenária, lavrando-se ata a ser disponibilizada por meio impresso e digital.

§1º No caso da presença de representante titular e suplente na reunião, será validado apenas o voto do titular, somente na ausência do titular, o voto validado será do seu respectivo suplente.

§2º Nas deliberações realizadas deverão ser ressalvados os casos em que a matéria ou modificação aprovada implique ônus a um ou mais partícipes, de forma que para sua implementação será necessária concordância destes.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pela Plenária da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Itajaí.

Art. 16. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.